

PUBLICADO NO SITE NO DIA 26/05/2008

##ATO Portaria G.P. Nº 187/2008

##TEX O Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve: Determinar a publicação no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça do Maranhão, do **Anexo I - Demonstrativo de Despesa com Pessoal**, parte integrante do **Relatório de Gestão Fiscal** de que trata os artigos 54 e 55, inciso I, alínea "a" – Anexo I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, relativo ao período de **Maió/2007 a Abril/2008**, na forma do Quadro anexo.

##DAT São Luís, 23 de maio de 2008.

##ASS Gerson de Oliveira Costa Filho

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 16ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2007 A ABRIL/2008

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	104.553	0	104.553
Pessoal Ativo	96.757	0	96.757
Sentenças Judiciais sem Precatário (do Próprio Órgão)			0
Sentenças Judiciais com Precatário (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	21.087		21.087
Demais Despesas com Pessoal Ativo	75.670		75.670
Pessoal Inativo e Pensionistas	7.796		7.796
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, §1º da LRF)			0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (Art. 19, §1º da LRF) (II)	30.074	0	30.074
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0
Decorrentes de Decisão Judicial	21.087		21.087
Despesas de Exercícios Anteriores	1.191		1.191
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	7.796		7.796
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	74.479	0	74.479
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)			413.867.577
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100	0,017996%	0,000000%	0,017996%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,026353%		109.067
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,025035%		103.613

FONTE: SIAFI -CONOR

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.
- 2) As Sentenças de Pequeno Valor (SPV) totalizaram R\$ 7.859 mil e os Precatórios da Administração Direta totalizaram R\$ 13.228 mil.
- 3) Foram recebidos destaques para pagamento de Precatórios da Administração Indireta no montante de R\$ 17.450 mil.

Gerson de Oliveira Costa Filho

Desembargador Presidente

Domingos Carlos dos Santos Neto

Diretor Geral

Flávia Regina Rêgo Cordeiro

Diretora de Orçamento e Finanças

Celson de Jesus Moreira Costa

Chefe do Serviço de Controle Interno

Mauro Fabrício Soares Pereira

Chefe do Setor de Contabilidade Analítica